



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28/03/2016**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 08**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **REUNIÃO DE 28/03/2016**

#### **ATA Nº 08**

----- Aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 14 de março de 2016 foi aprovada por unanimidade. -----

#### **I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

##### **1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

- 1.1.1 - Grupo de Concertinas de Machio**
  - Convite para o 4º Encontro de Concertinas na Vila de Pampilhosa da Serra - 17-04-2016**

----- Foi presente uma carta do Grupo de Concertinas de Machio, Pampilhosa da Serra, a formular convite ao Executivo da Câmara Municipal, para o 4º Encontro de Concertinistas na Vila de Pampilhosa da Serra, no dia 17 de abril do corrente ano. -----

#### **II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

##### **2.1 - CÂMARA MUNICIPAL**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### **2.1.1 - Cerimónia de Comemoração do Feriado Municipal de Pampilhosa da Serra - 10 de Abril de 2016**

##### **- Atribuição de Subsídios a Instituições do Concelho**

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- No âmbito das Comemorações do próximo dia 10 de abril, Feriado Municipal, tem vindo a Câmara Municipal, entre outras ações, a proceder à atribuição de subsídios às coletividades, como reconhecimento das suas atividades no seio das comunidades locais e concelhia.-----

----- No âmbito das suas competências materiais, compete à Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio e igualmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, nos termos da alínea o), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Nestes termos, proponho que sejam atribuídos os seguintes quantitativos às associações a seguir mencionadas: -----

##### **2.1.1.1 - Associação Humanitária dos Bombeiros de Pampilhosa da Serra**

----- A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros de Pampilhosa da Serra, um subsídio no valor de 60.000,00 €, através de um Protocolo a celebrar com aquela Instituição, no Salão Nobre dos Paços do Município e integrado na cerimónia comemorativa do Feriado Municipal, dia 10 de Abril do corrente ano. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da Sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### **2.1.1.2 - Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra**

----- A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, um subsídio no valor de 45.000,00 €, através de um Protocolo a celebrar com aquela Instituição, no Salão Nobre dos Paços do Município e integrado na cerimónia comemorativa do Feriado Municipal, dia 10 de Abril do corrente ano. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.1.3 - Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra**

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, atribuir à Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, um subsídio no valor de 7.000,00 €, através de um Protocolo a celebrar com aquela Instituição, no Salão Nobre dos Paços do Município e integrado na cerimónia comemorativa do Feriado Municipal, dia 10 de Abril do corrente ano. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.1.4 - Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense**

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir ao Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, um subsídio no valor de 5.000,00 €, através de Protocolo a celebrar com aquela Instituição, no Salão Nobre dos Paços do Município e integrado na cerimónia comemorativa do Feriado Municipal, dia 10 de Abril do corrente ano. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.1.5 - Grupo Desportivo Pampilhosense**

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir ao Grupo Desportivo Pampilhosense, um subsídio no valor de 5.000,00 €, através de Protocolo a celebrar com aquela Instituição, no Salão Nobre dos Paços do Município e integrado na cerimónia comemorativa do Feriado Municipal, dia 10 de Abril do corrente ano. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.1.6 - Rancho Folclórico de Dornelas do Zêzere**

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir ao Rancho Folclórico de Dornelas do Zêzere, um subsídio no valor de 5.000,00 €, através de um Protocolo a celebrar com aquela Instituição, no Salão Nobre dos Paços do Município e integrado na



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

cerimónia comemorativa do Feriado Municipal, dia 10 de Abril do corrente ano. -----  
----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.1.1.7 - Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, atribuir ao Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra, um subsídio no valor de 5.000,00 €, através de um Protocolo a celebrar com aquela Instituição, no Salão Nobre dos Paços do Município e integrado na cerimónia comemorativa do Feriado Municipal, dia 10 de Abril do corrente ano. -----  
----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3- DIVISÃO FINANCEIRA

#### 3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

##### 3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 24 de março de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----  
----- De operações orçamentais: 1.650.026,41 € (Um milhão, seiscentos e cinquenta mil e vinte seis Euros e quarenta e um cêntimos); -----  
----- De operações não orçamentais: 277.987,82 € (duzentos e setenta e seta mil novecentos e oitenta e sete Euros e oitenta e dois cêntimos), num total de 1.937.609,06 € (um milhão novecentos e trinta e sete mil seiscentos e nove Euros e seis cêntimos).-----  
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### 4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

#### 4.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

##### 4.1.1 - AIRC - Alterações Societárias da parte da AIRC

----- Foi presente um e-mail remetido pelo Município de Condeixa, com a nota informativa/jurídica da última reunião da Assembleia Intermunicipal da AIRC, sobre a



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

criação de uma Empresa Local, em dois cenários, conforme previsto na Lei, a saber: -----

----- A) Transformação da AIRC em Empresa Local; -----

----- B) Criação de uma Empresa Local pela AIRC. -----

----- A Câmara Municipal, após análise e consulta aos Serviços Jurídicos da Autarquia, e tendo por base a Lei nº 50/2012, na sua versão atualizada, pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho, deliberou por unanimidade manifestar parecer favorável à proposta de Alterações Societárias apresentadas pela AIRC e mandar o Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias, para representar o Município de Pampilhosa da Serra em tudo o que se julgue necessário à prossecução dos mencionados fins. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.2 - Pedido de Renovação do Contrato de Arrendamento da Fração C do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, freguesia de Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- *Na sequência do requerimento com o registo de entrada nº 2673, datado de 08/03/2016, subscrito pelo Sr. Acácio Fernando Lopes da Silva, sócio gerente e legal representante da sociedade por quotas "RGA - Oficina e Manutenção Geral de Automóveis, Lda", arrendatária, da Fração C do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em que solicita a esta Autarquia a renovação do contrato de arrendamento daquela fração, celebrado em 02 de outubro de 2007, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão: -----*

*"Cláusula Terceira*

*Duração do Arrendamento*

----- *O arrendamento tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feito pelo período de cinco anos, renovável a requerimento do SEGUNDO OUTORGANTE, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prezo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo do Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um ano, até ao limite máximo total de vinte anos." -----*

----- *Informam os Serviços Jurídicos que a arrendatária em questão tem o seguro atualizado, bem como o pagamento das rendas e cumpriu o prazo de antecedência mínima prevista contratualmente, podendo a Câmara Municipal, querendo, anuir a renovação do arrendamento por mais um ano, a contar de 02 de outubro de 2016. É quanto me cumpre informar, V.Exª superiormente decidirá." -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a renovação do arrendamento em apreço, por mais um ano, a contar de 02 de outubro de 2016. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.3 - Minuta de Protocolo de Colaboração, tendente à atribuição de apoio financeiro – Obras de beneficiação da Casa de Convívio de Coelhal**

----- Na sequência de um ofício remetido pela Liga dos Amigos de Coelhal, com o registo de entrada nos serviços nº 3001, de 16-03-2016, no qual solicita apoio financeiro destinado a comparticipar as obras de remodelação/beneficiação da Casa de Convívio do Coelhal, concretamente a construção de uma cozinha e duas casas de banho, por forma a dotá-la das condições necessárias ao seu bom funcionamento. -----

----- A Câmara Municipal, após análise e consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, deliberou por unanimidade aprovar e transferir a verba de 3.500,00 € (três mil e quinhentos Euros) para a Liga de Amigos de Coelhal para os fins acima mencionados. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração e conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.4 - Minuta de Protocolo de Colaboração para atribuição de apoio financeiro - 4º Encontro de Concertinistas na Vila de Pampilhosa da Serra**

----- Na sequência de um ofício remetido pelo Grupo de Concertinas de Machio, Pampilhosa da Serra, GCMPS, com o registo de entrada nos serviços nº 3009, de 16-02-2016, no qual solicita apoio financeiro destinado a apoiar financeiramente o GCMPS na realização do 4º Encontro de Concertinistas em Pampilhosa da Serra, no dia 17 de abril de 2016. -----

----- A Câmara Municipal, após análise e consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, deliberou por unanimidade aprovar e transferir a verba de 2.000,00 € (dois mil Euros) para o Grupo de Concertinas de Machio, Pampilhosa da Serra, destinada a apoiar a realização do evento acima mencionado. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração e conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 4.1.5 - Minuta de Protocolo de Colaboração destinado a apoiar as despesas de funcionamento do Centro de Convívio da localidade de Póvoa da Raposeira

----- Na sequência de um ofício remetido pela Liga de Melhoramentos da Póvoa da Raposeira, com o registo de entrada nos serviços nº 2698, de 09-03-2016, no qual solicita apoio financeiro destinado a apoiar as despesas de funcionamento do Centro de Convívio daquela Localidade e, por inerência, a prossecução das suas atribuições estatutárias.-----

----- A Câmara Municipal, após análise e consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, deliberou por unanimidade aprovar e transferir a verba de 3.000,00 € (três mil Euros) para a Liga de Melhoramentos da Póvoa da Raposeira, destinada a apoiar os fins acima mencionados.-----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração e conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

## 5 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

### 5.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

#### 5.1.1 - Concurso nº 062016\_Aquisição de Serviços de Manutenção de Jardins 2016\_2018\_Pedido de parecer prévio vinculativo

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Na sequência da necessidade de ser contratada a prestação de serviço em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- I - Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo -----

----- A. A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, ou cujo objeto seja a consultadoria técnica, e independentemente da natureza da contraparte, por parte das autarquias locais, carecem de parecer prévio vinculativo do órgão executivo, conforme resulta da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015, mais concretamente do disposto no n.º 12 do seu artigo 75.º, conjugado com o disposto no Decreto lei nº 253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- B. O n.º 12 do seu artigo 75.º da Lei OE 2015 prevê que aquele parecer é da competência do órgão executivo da autarquia local, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, que corresponde à portaria prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.º 3-B/2010, de 28 de abril, n.º 66/2012, de 31 de dezembro, e n.º 80/2013, de 28 de novembro; -----

----- C. Nas autarquias locais, a emissão do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro é da competência do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 3º da Portaria nº149/2015 de 26/05; -----

----- D. Para efeitos de emissão do referido parecer prévio é necessário observar o disposto no n.º 2 do artigo 3.º da referida portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, ou seja: -----

----- a. Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

----- b. Verificação da existência de cabimento orçamental; -----

----- c. Verificação da inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; -----

----- d. Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.os 1,2,3,4,9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; -----

----- e. Importa referir que nos termos do n.º 21 do artigo 75º da mencionada Lei do Orçamento de Estado, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto no presente artigo. -----

----- II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

----- Considerando: -----

----- 1) Que o objeto do presente contrato consiste na contratação dos serviços designados por "Aquisição de Serviços de Manutenção de Jardins 2016\_2018"; -----

----- 2) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; -----

----- 3) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços. Aplicação da portaria nº48/2014, de 26 de fevereiro que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Estando em causa mera prestação de serviços, ou seja, a satisfação de necessidades que envolvem a execução de trabalho autónomo - sendo que estes, pela sua natureza não podem ser asseguradas mediante uma relação jurídica de emprego público, por quem seja, ou esteja, investido nessa modalidade de vinculação -, não tem sentido algum, nem sequer se afigura lógico, demonstrar a inexistência de pessoal em situação de requalificação. O que é decisivo acautelar é a fundamentação da contratação externa, ou seja, a ausência de subordinação jurídica e a inconveniência da constituição de uma relação jurídica de emprego público, o que se demonstra



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

que está realmente acautelado pela informação do serviço requisitante, no que se reporta à execução de trabalho autónomo e que se mostra inadequado o recurso a tal modalidade de vinculação. Sem prescindir, sempre se dirá que tal poderá mostrar-se irrelevante face ao entendimento da CCDDR-Centro no que se reporta à não aplicabilidade da portaria aqui em apreciação, às autarquias locais, sendo que em virtude de tal entendimento caberá às CIM's a gestão daqueles trabalhadores – o que, diga-se ainda não está regulamentado; -----

----- 4) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----

----- 5) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto – Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto – Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho; -----

----- 6) Que o valor base estimado é de 42.000,00 € (quarenta e dois mil Euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor para um período de 24 meses; -----

----- 7) Que serão consultadas as seguintes entidades: -----

----- a) Calado & Duarte, Lda, com sede em Venda das Figueiras, 3230-024 PENELA; -----

----- b) Viaplanta, Sociedade Comercial de Limpezas e Ajardinamentos, Lda, com sede em Parque Industrial de Taveiro, lote 20, 3045-504 TAVEIRO; -----

----- c) AVAL VERDE – Engenharia e Ambiente, Lda, Rua Principal n.º 65, Apart. 123, Telhado, 3360-062 FIGUEIRA DE LORVÃO; -----

----- 8) Que o valor base da prestação de serviços é de 42.000,00 € (quarenta e dois mil Euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 02.02.03; -----

----- 9) A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. -----

----- III – Da proposta em sentido estrito -----

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto, designadamente, no n.º 5, nas alíneas a), b) e c) do n.º 6, e n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2015, conjugado com o disposto no Decreto-lei n.º 253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, e nos artigos 1º, 2º e 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referido em epígrafe. -----

----- Mais proponho que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato de



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

aquisição de serviços referido em epígrafe. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 5.1.2 Concurso n.º 072016\_Prestação de serviços de Harmonização documental e regulamentar no âmbito do processo de modernização administrativa\_Pedido de parecer prévio vinculativo

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----  
----- Na sequência da necessidade de ser contratada a prestação de serviço em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----  
----- I – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo -----  
----- A. A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, ou cujo objeto seja a consultadoria técnica, e independentemente da natureza da contraparte, por parte das autarquias locais, carecem de parecer prévio vinculativo do órgão executivo, conforme resulta da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015, mais concretamente do disposto no n.º 12 do seu artigo 75.º, conjugado com o disposto no Decreto lei n.º 253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016; -----  
----- B. O n.º 12 do seu artigo 75.º da Lei OE 2015 prevê que aquele parecer é da competência do órgão executivo da autarquia local, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, que corresponde à portaria prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.º 3-B/2010, de 28 de abril, n.º 66/2012, de 31 de dezembro, e n.º 80/2013, de 28 de novembro; -----  
----- C. Nas autarquias locais, a emissão do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro é da competência do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 3º da Portaria n.º 149/2015 de 26/05; -----  
----- D. Para efeitos de emissão do referido parecer prévio é necessário observar o disposto no n.º 2 do artigo 3.º da referida portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, ou seja: -----  
----- a. Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----  
----- b. Verificação da existência de cabimento orçamental; -----  
----- c. Verificação da inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; -----  
----- d. Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.os 1,2,3,4,9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- e. Importa referir que nos termos do n.º 21 do artigo 75º da mencionada Lei do Orçamento de Estado, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto no presente artigo.-----

----- II – Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar-----

----- Considerando: -----

----- 1) Que o objeto do presente contrato consiste na contratação dos serviços designado por “Prestação de serviços de Harmonização documental e regulamentar no âmbito do processo de modernização administrativa”; -----

----- 2) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante;-----

----- 3) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços. Aplicação da portaria nº48/2014, de 26 de fevereiro que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Estando em causa mera prestação de serviços, ou seja, a satisfação de necessidades que envolvem a execução de trabalho autónomo - sendo que estes, pela sua natureza não podem ser asseguradas mediante uma relação jurídica de emprego público, por quem seja, ou esteja, investido nessa modalidade de vinculação -, não tem sentido algum, nem sequer se afigura lógico, demonstrar a inexistência de pessoal em situação de requalificação. O que é decisivo acautelar é a fundamentação da contratação externa, ou seja, a ausência de subordinação jurídica e a inconveniência da constituição de uma relação jurídica de emprego público, o que se demonstra que está realmente acautelado pela informação do serviço requisitante, no que se reporta à execução de trabalho autónomo e que se mostra inadequado o recurso a tal modalidade de vinculação. Sem prescindir, sempre se dirá que tal poderá mostrar-se irrelevante face ao entendimento da CCDR-Centro no que se reporta à não aplicabilidade da portaria aqui em apreciação, às autarquias locais, sendo que em virtude de tal entendimento caberá às CIM's a gestão daqueles trabalhadores - o que, diga-se ainda não está regulamentado;-----

----- 4) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----

----- 5) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto - Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto - Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho; -----

----- 6) Que o valor base estimado é de 31.000,00 € ( trinta e um mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- 7) Que serão consultadas as seguintes entidades: -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- a) Plan2Do - Consultores Estratégicos, Lda, com sede em Alameda Silva Rocha, n.º 99, 3800-016 AVEIRO; -----

----- b) SMART Vision, Assessores e Auditores Estratégicos, Lda com sede em Rua Cristóvão Pinho Queimado, n.º 59, Edifícios Miradôr Business & Residence, 3800-009 AVEIRO; -----

----- c) WISSEN, CONSULTORIA ESTRATÉGICA E DE GESTÃO, LDA, com sede em Rua Beatriz Almeida, N.º 7, 3.º Esq.º 2790-415 Queijas; -----

----- 8) Que o valor base da prestação de serviços é de 31.000,00 € ( trinta e um mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 02.02.25.02; -----

----- 9) A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no n.º1 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. -----

----- III – Da proposta em sentido estrito -----

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto, designadamente, no n.º 5, nas alíneas a), b) e c) do n.º 6, e n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2015, conjugado com o disposto no Decreto lei n.º253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, e nos artigos 1º, 2º e 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referido em epígrafe. -----

----- Mais proponho que a presente proposta seja aprovada em minuta; -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referido em epígrafe. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 5.2 – OBRAS PARTICULARES

#### 5.2.1 – Vistoria a edifício em mau estado em Dornelas do Zêzere

- Processo Vistorias Diversas n.º 06/2015

- Registo n.º-/2016

- Proprietária: Maria Salomé Gonçalves Silva

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- “A proprietária do imóvel em mau estado sito na Rua de S. Miguel, n.º 15, na localidade e freguesiade Dornelas do Zêzere, concelho de Pampilhosa da Serra, foi notificada do teor do



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*relatório final de vistoria em 21/10/2014, através do ofício n.º 4585, datado de 20/10/2015, no qual lhe foram impostas obras de demolição do remanescente do citado edifício.-----*

*----- Findo o prazo determinado para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria, relativos à execução dos trabalhos de demolição do remanescente do edifício, com a remoção dos escombros e dos resíduos resultantes da demolição para terrenos da proprietária ou depósito devidamente legalizado para tal, limpeza do terreno e a execução dos trabalhos de que se venham a ser necessários à correção das condições de segurança e salubridade do local e dos edifícios confinantes, impostos em sede de vistoria, verificou-se que a proprietária não executou os mesmos, tendo sido notificada em 30/12/2015, através do ofício n.º 5640, para no prazo excecional de quinze dias proceder à execução dos referidos trabalhos.-----*

*----- Decorrido que foi o prazo para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria, acrescido dos quinze dias acima referidos, sem que a proprietária tenha executado os mesmos, procedeu-se, face à indisponibilidade atual dos serviços do Município em concretizá-los, à solicitação de um orçamento junto de empreiteiro de obras para a sua execução, ao qual correspondeu o valor de 4.500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme consta do orçamento em anexo.-----*

*----- Em sede de audiência prévia, foi a proprietária notificada através dos ofícios n.ºs 1141 e 1144, datados de 29/02/2016 e 01/03/2016, da intenção do Município para tomada de posse administrativa do imóvel para a execução coerciva das obras, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 09/09, e de custo dos trabalhos a executar. -----*

*----- De referir que durante o prazo d audiência prévia, a proprietária não se pronunciou. -----*

*----- Pelo exposto, decorrido que foi o prazo de audiência prévia e após conhecimento da não realização dos trabalhos impostos, de acordo com a informação prestada pelos serviços de fiscalização deste Município, após deslocação ao local, entende-se que deverá ser determinada a posse administrativa do imóvel e a execução coerciva das obras de demolição do remanescente do edifício, com a remoção dos escombros e dos resíduos resultantes da demolição para terrenos da proprietária ou depósito devidamente legalizado para tal, limpeza do terreno e a execução dos trabalhos de que se venham a ser necessários à correção das condições de segurança e salubridade do local e dos edifícios confinantes, de acordo com o disposto no artº 107º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 09/09, por força do n.º 2 do artº 91º do referido diploma. -----*

*----- Mais se propõe que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com orçamento apenso ao presente processo de vistorias diversas, cujo valor é de 4.500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, seja aplicado o disposto no artº 108º do RJUE. -----*

*----- Nestes termos, os serviços técnicos de obras particulares deste Município propõem que a posse administrativa do imóvel e a execução coerciva das obras seja submetida a apreciação e*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*votação em reunião de Câmara Municipal, bem como às despesas com a execução coerciva, no valor de 4.500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, constante do orçamento apenso ao presente processo, seja aplicado o disposto no artº 108º do RJUE.-----*

*----- À consideração superior.”-----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

#### 6 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

##### 6.1 - GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E EMPRESÁRIO

##### 6.1.1 - Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra - Associação de Produtores Florestais de Pampilhosa da Serra.

*----- Foi presente uma informação do Gabinete de apoio ao Munícipe e Empresário, do seguinte teor: -----*

*----- “Deu entrada nos Serviços desta Autarquia, em 24 de fevereiro de 2016, sob o registo n.º 2121, um Requerimento / Candidatura, subscrito por João Eduardo Gama dos Santos, na qualidade de Presidente da Direção da Associação de Produtores Florestais de Pampilhosa da Serra, associação com sede na Rua Dr. António Afonso, 3320-316 Pampilhosa da Serra, NIPC 505026562, no âmbito do Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, cujo Regulamento foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 193, datado de 2 de outubro de 2015.-----*

*----- Constatou-se que, de acordo com o cumprimento do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra a Associação de Produtores Florestais de Pampilhosa da Serra apresenta a Candidatura / Requerimento, conforme o disposto no artigo 8.º do Regulamento em vigor, anexando ao mesmo os documentos referidos, de acordo com a Grelha de Verificação, que se anexa a esta informação.-----*

*----- Para usufruir deste incentivo, a Associação de Produtores Florestais de Pampilhosa da Serra refere que o posto de trabalho que criou, conforme consta do requerimento e cópia do contrato de trabalho anexo, visa desenvolver atividades de Técnica de Engenharia Florestal nas instalações da Associação ou no campo.-----*

*----- Mais se informa que, de acordo com o disposto no artigo 8.º, ponto “5.2.1 - “Elaboração de informação no sentido de estarem cumpridos os pressupostos definidos no presente Regulamento, para atribuição do Incentivo e consulta aos Serviços Financeiros da Autarquia a fim de aferir a existência de fundos disponíveis e o demais, visando o cumprimento da legislação que sobre a*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*matéria estiver em vigor" do referido Regulamento, informa-se que este apoio financeiro tem compromisso na rubrica 0102 040701 430 2016/6038 , com o número sequencial 19398, conforme informação dos Serviços Financeiros, datada de 2016-03-23.-----*

*----- À consideração superior." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----*

*----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o respetivo Protocolo de Colaboração. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

#### **6.1.2 - Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra - Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro - Primeira renovação de Ana Paula Francisco de Freitas.**

*----- Foi presente uma informação do Gabinete de apoio ao Múncipe e Empresário, do seguinte teor: -----*

*----- Deu entrada nos Serviços desta Autarquia, em 17 de março de 2016, sob o registo n.º 3087, um Requerimento / Candidatura, subscrito por Jorge Manuel Branco Moreira, na qualidade de Presidente da Direção da Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, associação com sede na Av. José António Areosa, n.º 1, 3320-312 Pessegueiro, NIPC 500864519, no âmbito do Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, cujo Regulamento foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 193, datado de 2 de outubro de 2015.-----*

*----- Este novo requerimento/candidatura é apresentado pela coletividade em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, que refere que "A manutenção do posto de trabalho, para além dos 12 meses previstos no n.º 1 e a consequente renovação do respetivo contrato de trabalho, até ao período máximo de três anos, faculta à associação beneficiária o direito de solicitar a atribuição de novo subsídio não reembolsável, mediante a apresentação de novo requerimento/candidatura, de igual valor (5.000,00 €) aquando da renovação do respetivo contrato de trabalho em causa, por igual período de tempo, até ao limite máximo de duas renovações."-----*

*----- Constatase ainda que a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro apresenta a Candidatura/Requerimento conforme o disposto no artigo 8.º do Regulamento, anexando ao mesmo os documentos exigidos, de acordo com a Grelha de Verificação, que se anexa a esta informação.-----*

*----- Para usufruir deste incentivo, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro refere que o posto de trabalho que criou, conforme consta do requerimento e cópia do contrato de trabalho anexo, visa desenvolver atividades de Serviços Gerais na área da restauração.-----*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais se informa que, de acordo com o disposto no artigo 8.º, ponto "5.2.1 - "Elaboração de informação no sentido de estarem cumpridos os pressupostos definidos no presente Regulamento, para atribuição do Incentivo e consulta aos Serviços Financeiros da Autarquia a fim de aferir a existência de fundos disponíveis e o demais, visando o cumprimento da legislação que sobre a matéria estiver em vigor" do referido Regulamento, informa-se que este apoio financeiro tem compromisso na rubrica 0102 040701 430 2016/6038 Ac.1, com o número sequencial 17772, conforme informação dos Serviços Financeiros, datada de 2016-03-23.-----

----- À consideração superior."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.-----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o respetivo Protocolo de Colaboração.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

### III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- Nos termos do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a reunião foi pública, de acordo com o preceituado no artigo acima referenciado, não tendo estado presente qualquer munícipe.-----

### ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Vice-Presidente Jorge Alves Custódio e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi.-----

  
